

Presidente reafirma opção pelas reformas

GAZETA MERCANTIL

Líderes são orientados a viabilizar a votação de emendas da Previdência e administrativa

por Sandra Nascimento e
Renata Veríssimo
de Brasília

O presidente Fernando Henrique Cardoso não quer ser acusado de só se dedicar à reeleição e orientou ontem os líderes do governo no Congresso, no Senado e na Câmara a garantir a tramitação e votação das reformas constitucionais. "A prioridade do governo é o equilíbrio das contas públicas", disse o líder no Congresso, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), explicando que as reformas da Previdência e da Administração são fundamentais nesse sentido.

No Senado, a missão será aprovar a emenda da Previdência até o final do ano, enquanto na Câmara o objetivo é votar o parecer do deputado Moreira Franco (PMDB-RJ) sobre a reforma Administrativa na quarta-feira da próxima semana. Também deverá prosseguir a tramitação da reforma Tributária, mas Arruda admite que essa não é prioritária. "A reforma tributária está menos avançada

e já houve a desoneração das exportações"; justificou ele, referindo-se ao projeto que tirou o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) das exportações.

Durante uma solenidade na sede da Confederação Nacional do Transporte (CNT), o presidente disse que "as reformas essenciais serão feitas em tempo oportuno". Ou seja, as decisões têm de ser tomadas este ano. Precisamos encarar o próximo ano já com essas transformações realizadas, pelo menos com seu marco constitucional feito". Depois, acrescentou: "Leva algum tempo para que na prática se possa sentir os efeitos dessas transformações. Estamos empenhados. Hoje (ontem), pedi aos líderes a votação das reformas administrativa, da Previdência e Tributária".

Também ontem, Fernando Henrique e o presidente do Congresso, senador José Sarney (PMDB-AP), encontraram-se pela manhã para discutir a pauta da Casa. O presidente quis saber se dava para aprovar as refor-

mas sem convocação durante o recesso de janeiro, o que Sarney considerou impossível. Com isso, deverá ser acertado a convocação extraordinária do Congresso para a votação das reformas e da emenda da reeleição até o início de fevereiro.

O provável relator da reforma da Previdência no Senado é o líder do PSDB, Sérgio Machado (CE). A idéia é que o relatório seja um trabalho de consenso entre todos os líderes partidários, para reincluir no projeto aprovado na Câmara alguns pontos da proposta original do Executivo.

De acordo com Machado, o parecer só deverá ser votado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) depois do dia 15 de novembro, após o segundo turno das eleições municipais. "Não é politicamente adequado misturar campanha eleitoral com reforma", disse. O mesmo raciocínio tem o líder do governo no Senado, Elcio Álvares (PFL-ES): "Há senadores que estão totalmente envolvidos no segundo turno".

Dentro desse cronograma a emenda só chegaria no plenário no final de novembro. A sessão legislativa encerra-se em 15 de dezembro, não havendo tempo suficiente para finalizar a tramitação sem a convocação.

Segundo o líder do governo na Câmara, deputado Benito Gama (PFL-BA), o governo vai centrar fogo em cinco ou seis pontos da reforma administrativa.

Os líderes acreditam que o andamento das reformas poderá acontecer paralelamente a discussão da emenda da reeleição. "Não podemos colocar como único objetivo do país a reeleição. O objetivo principal do governo é a retomada das reformas", disse Benito Gama.

"Nada impede que a tese da reeleição caminhe lado a lado com as reformas constitucionais. O Congresso tem capacidade para discutir tanto reeleição quanto as reformas mas a palavra de ordem do presidente é agilizar as reformas no Congresso", argumentou Elcio Álvares.